

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 746.190 - PR (2015/0173456-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : WALDECIR DRANCKA
AGRAVANTE : CLARISSE FATIMA BALDISSERA DRANCKA
AGRAVANTE : EDUARDO DRANCKA
ADVOGADO : LUCIANA ESTEVES MARRAFÃO BARELLA E OUTRO(S) - PR026346
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : NELSON PASCHOALOTTO - PR042745
RICARDO SOUZA OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR063053
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - SP192649

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AÇÃO COM PEDIDO DE REVISÃO DE CONTRATO C/C PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE DÍVIDA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. MAQUINÁRIOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS. RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA FINAME AGRÍCOLA MODERFROTA. PEDIDOS JULGADOS IMPROCEDENTES. 1. CAPITALIZAÇÃO MENSAL OU SEMESTRAL. PERIODICIDADE NÃO PACTUADA. PRESTAÇÕES COM PERIODICIDADE ANUAL. CAPITALIZAÇÃO ANUAL. POSSIBILIDADE. ART. 4º DO DECRETO 22.626/33. PRECEDENTES DO STJ. 2. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA NÃO CONTRATADA. MANUTENÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ A INCIDÊNCIA DE JUROS REMUNERATÓRIOS, JUROS MORATÓRIOS E MULTA DE 2%. ADMISSIBILIDADE DA COBRANÇA DE JUROS REMUNERATÓRIOS DURANTE O PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA, DESDE QUE NÃO CUMULADO COM A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 296 DO STJ. 3. MORA DEBENDI CONFIGURADA. 4. PRETENSÃO DE PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA DEVIDO ÀS FRUSTRAÇÕES DE SAFRA E MERCADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS

EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA MANTIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Tratando-se de financiamento com recursos de fundos públicos administrados pelo BNDES, com taxa de juros subsidiada e direcionado ao incremento da atividade produtiva, não há que se falar em ilegalidade das cláusulas que estabelecem a incidência de juros.
2. É permitida a capitalização anual - antigo 4º do Decreto 22.626/33.
3. Somente o reconhecimento abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual, leia-se juros remuneratórios e capitalização, afasta a mora (REsp 1.061.530 -RS a orientação nº 2 do STJ).

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, 9º da Lei 4.829/65 e 5º, parágrafo único, do Decreto-Lei 167/67, sob o argumento de que a proteção consumerista incide nas relações entre tomador de empréstimo e a instituição financeira e que, diante da natureza rurícola do crédito, a mora do devedor enseja apenas a elevação de 1% (um por cento) ao ano da taxa fixada no contrato.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Quanto à incidência da proteção consumerista, o Tribunal local afirmou que "o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável, pois inexistente relação de consumo, a exemplo do que ocorre quando o Governo Federal destina recursos para o custeio, investimento e comercialização da atividade agrícola e agropecuária" (e-STJ, fl. 259).

Concluindo-se, pois, que os valores tomados serviram para incremento da atividade produtiva dos recorrentes, entendimento alicerçado nos elementos informativos do processo e por isso imune ao crivo do recurso especial, como ensina o verbete n. 7 da Súmula desta Casa, não há mesmo relação de consumo, mas de insumo.

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. CONTRATO FIRMADO ENTRE EMPRESA DE INSUMOS E GRANDE PRODUTOR RURAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS À DEFESA PELA MANUTENÇÃO DO FORO DE ELEIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE RELAÇÃO DE CONSUMO.

Superior Tribunal de Justiça

1 - A jurisprudência atual do STJ reconhece a existência de relação de consumo apenas quando ocorre destinação final do produto ou serviço, e não na hipótese em que estes são alocados na prática de outra atividade produtiva.

2 - A jurisprudência do STJ entende, ainda, que deve prevalecer o foro de eleição quando verificado o expressivo porte financeiro ou econômico da pessoa tida por consumidora ou do contrato celebrado entre as partes.

3 - Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 151.366/BA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2018, DJe 29/6/2018)

No que toca aos juros de mora, não houve debate sobre tema no enfoque trazido pelos agravantes, senão que são devidos por constarem no contrato, nada mencionado a respeito da taxa ou do diploma normativo trazido pelos recorrentes, o que atrai a incidência dos enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora